

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

Ativo	2016	2015	Passivo e patrimônio líquido	2016	2015
Circulante	388.967	400.358	Circulante	286.020	289.588
Disponibilidades	9	8	Dépósitos	50.485	39.425
Aplicações interfinanceiras de liquidez	44.900	19.156	Dépósitos interfinanceiros (Nota 8)	50.485	39.425
Aplicações no mercado aberto (Nota 4)	44.900	19.156	Obrig. por repasses do País - Instít. oficiais	223.587	235.174
Operações de crédito	280.737	330.996	BNDÉS (Nota 9)	223.587	235.174
Setor privado (Nota 5.a)	315.628	356.720	Outras obrigações	11.948	14.989
Provisão para oper. de cré. de liquid. duvid. (Nota 5.e)	(34.891)	(26.624)	Contr. e arrecadação de tributos e semelhantes	191	110
Outros créditos	27.032	7.885	Dividendos (Nota 14.c)	1.739	4.472
IR e contribuição social diferidos (Nota 15.b)	19.655	5.679	Fiscais e previdenciárias (Nota 10)	3.376	4.350
Títulos e créditos a receber (Nota 5.a)	5.815	-	Outras obrigações (Nota 11)	6.642	6.057
Outros créditos diversos (Nota 6)	2.103	2.206	Exigível a longo prazo	379.330	444.682
Prov. p/ outros créditos de liquid. duvid. (Nota 5.e)	(541)	-	Obrig. por repasses do País - Instít. oficiais	379.258	444.600
Outros valores e bens (Nota 7)	36.289	43.213	BNDÉS (Nota 9)	379.258	444.600
Realizável a longo prazo	454.905	521.225	Outras obrigações	72	82
Operações de crédito	421.821	493.997	Outras obrigações (Nota 11)	72	82
Setor privado (Nota 5.a)	447.821	521.863	Resultados de exercícios futuros	138	98
Prov. p/ oper. de cré. de liquid. duvid. (Nota 5.e)	(26.540)	(27.866)	Recitas de exercícios futuros (Nota 13)	138	98
Outros créditos	33.624	27.228	Patrimônio líquido (Nota 14)	179.097	188.051
IR e contribuição social diferidos (Nota 15.b)	30.045	27.228	Capital	150.000	150.000
Títulos e créditos a receber (Nota 5.a)	3.615	-	Reservas de lucros	29.097	38.127
Prov. p/ outros créditos de liquid. duvid. (Nota 5.e)	(36)	-	Ajustes de avaliação patrimonial	-	(76)
Permanente	713	836	Total do passivo e patrimônio líquido	844.585	922.419
Imobilizado de uso	355	392			
Imobilizado de uso	931	868			
Depreciações acumuladas	(576)	(476)			
Intangível	358	444			
Intangível	1.234	1.186			
Amortizações acumuladas	(876)	(742)			
Total do ativo	844.585	922.419			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mudanças do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Legal	Estatutária			
Em 31 de dezembro de 2014	150.000	6.584	27.600	-	-	184.184
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(4.472)	(4.472)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	8.415	8.415
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(76)	-	(76)
Destinações:	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	421	-	-	(421)	-
Reservas de lucros	-	-	3.522	-	(3.522)	-
Em 31 de dezembro de 2015	150.000	7.005	31.122	(76)	-	188.051
Varição do exercício	-	421	3.522	(76)	-	3.867
Em 31 de dezembro de 2016	150.000	7.005	31.122	(76)	-	188.051
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(1.739)	(1.739)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(7.291)	(7.291)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	76	-	76
Destinações:	-	-	-	-	-	-
Reservas de lucros	-	-	(9.030)	-	9.030	-
Em 31 de dezembro de 2016	150.000	7.005	22.092	-	-	179.097
Varição do exercício	-	-	(9.030)	76	-	(8.954)
Em 30 de junho de 2016	150.000	7.005	30.997	-	-	188.002
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(1.739)	(1.739)
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	(7.166)	(7.166)
Destinações:	-	-	-	-	-	-
Reservas de lucros	-	-	(8.905)	-	8.905	-
Em 31 de dezembro de 2016	150.000	7.005	22.092	-	-	179.097
Varição do semestre	-	-	(8.905)	-	-	(8.905)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional: O Banco Moneo S.A. com sede em Caxias do Sul - RS, iniciou suas atividades em 01 de julho de 2005 e atua sob a forma de banco múltiplo, estando autorizado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar nas carteiras "investimento", "crédito, financiamento e investimento" e de "arrendamento mercantil", tendo como objetivo básico a realização de financiamento para aquisição de bens e serviços, visando o atendimento das necessidades dos clientes da Marcopolo S.A., empresa líder do grupo Marcopolo ao qual o Banco pertence. 2. **Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). Adicionalmente, a apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi datada pela Diretoria em 24 de janeiro de 2017. 3. **Resumo das principais práticas contábeis:** a. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. b. **Apuuração de resultados:** As receitas e despesas estão contabilizadas pelo regime de competência. c. **Caixa e equivalentes de caixa - Demonstração dos fluxos de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações interfinanceiras de liquidez estão contabilizadas pelo valor justo e os rendimentos estão contabilizados em função do prazo decorrido até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. d. **Títulos e valores mobiliários:** De acordo com o Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001 do BACEN e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração em três categorias a saber: (a) **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; (b) **Títulos disponíveis para a venda** - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta desatada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e (c) **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção de capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. e. **Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito estão classificadas observando os parâmetros mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação por níveis de risco (de AA até H). As operações de crédito prefixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo o regime de competência. A atualização ("accrual") das operações vendidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar. As baixas de operações de crédito contra prejuízo ("write-offs") são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais. Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa está constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobertura de eventuais perdas, com base nos percentuais de provisão requeridos pela Resolução nº 2.682/99 para cada nível de risco, associadas às avaliações procedidas pela administração na determinação dos riscos de crédito. f. **Ativo permanente:** O imobilizado de uso está registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear com base na vida útil dos bens, estimada em cinco anos (sistema de processamento de dados) e dez anos (móveis e equipamentos de uso). O ativo intangível está representado por gastos com implementação de software e está sendo amortizado em 5 anos. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado ao seu valor recuperável quando este for maior que seu valor recuperável estimado. g. **Imposto de renda e contribuição social:** Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados no grupo "Outros créditos". A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável

acrescida de adicional de 10% sobre o lucro semestral excedente a R\$ 120 e a provisão para a contribuição social sobre o lucro, conforme MP 675 convertida em Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015, é calculada a 20% (a alíquota era de 15% até 31 de agosto de 2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota volta a ser 15%. Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização. Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos em montante limitado ao seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (dezembro de 2018), conforme Lei nº 13.169/2015. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. h. **Ativos e passivos contingentes:** De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009: (a) **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização. (b) **Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. O Banco reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos. São constituídas provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. i. **Outros ativos e passivos:** Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "pro-rata") e provisão para perda, quando aplicável.

c. Composição da carteira por vencimento

Vencimento	Títulos		Compror	Financiamentos	Outros créditos / característica de concessão de crédito	2016	2015
	Empréstimos	descontados					
Vencidos	4.210	393	177	14.999	675	20.454	19.766
A vencer							
Até 3 meses	11.767	15.951	651	63.609	3.161	95.139	109.009
De 3 a 12 meses	33.964	4	-	169.903	1.979	205.850	227.945
De 1 a 3 anos	52.218	-	-	282.429	2.124	336.771	367.612
Após 3 anos	13.619	-	-	99.555	1.491	114.665	154.251
Total da carteira	115.778	16.348	828	630.495	9.430	772.879	878.583
Prov. p/ créditos de liquidação duvidosa	(17.613)	(841)	(180)	(42.797)	(577)	(62.008)	(54.490)
Total líquido	98.165	15.507	648	587.698	8.853	710.871	824.093

montante de R\$ 139 (R\$ 171 em 31 de dezembro de 2015), classificado em "Outras obrigações", no passivo circulante de R\$ 67 (R\$ 77 em 31 de dezembro de 2015) e exigível a longo prazo R\$ 72 (94 em 31 de dezembro de 2015) para atendimento ao disposto no art. 6º da Resolução nº 2.682/99. Durante o exercício, os créditos renegociados totalizaram R\$ 40.770 (R\$ 48.382 em 31 de dezembro de 2015), as baixas de créditos em atraso há mais de 360 dias totalizaram R\$ 26.835 (R\$ 6.472 em 31 de dezembro de 2015) e as recuperações de créditos baixados para prejuízo foram de R\$ 4.767 (R\$ 2.254 em 31 de dezembro de 2015). A carteira de renegociação em 31 de dezembro de 2016 totaliza R\$ 55.264, e apresenta 25,01% de provisão-nameto. e. **Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD**

Níveis de risco	Perc. prov. crédito	Oper. de fianças	Avais e fianças (*)	Outros créditos	2016	2015
AA	0,0%	63,671	-	247	63.918	45.660
A	0,5%	233.707	11.156	2.470	247.333	331.792
B	1,0%	202.777	8.303	6.100	217.180	282.107
C	3,0%	104.215	-	104.215	97.753	-
D	10,0%	74.722	-	25	74.747	70.413
E	30,0%	34.357	-	95	34.452	28.331
F	50,0%	23.086	-	-	23.086	19.208
G	70,0%	3.758	-	72	3.830	4.294
H	100,0%	23.156	-	421	23.577	19.098
Total		763.449	19.459	9.430	792.338	898.656

Níveis de risco	Perc. prov. crédito	Oper. de fianças	Avais e fianças (*)	Outros créditos	2016	2015
AA	0,0%	-	-	-	-	-
A	0,5%	1.168	56	12	1.236	1.659
B	1,0%	2.028	83	61	2.122	2.821
C	3,0%	3.126	-	-	3.126	2.933
D	10,0%	7.472	-	-	7.472	7.041
E	30,0%	10.307	-	-	10.307	8.499
F	50,0%	11.543	-	-	11.543	9.604
G	70,0%	2.631	-	-	2.631	3.006
H	100,0%	23.156	-	-	23.156	19.098
Total		61.431	139	577	62.147	54.661

(*) **Avais e fianças** - As garantias prestadas pelo Banco em função de avais e fianças concedidos montam a R\$ 19.459 (R\$ 20.073 em 31 de dezembro de 2015) registradas em contas de compensação e referem-se a fianças e avais concedidos em operações de Finaime, Finaime Leasing e Leasing. Para fazer frente a eventuais perdas devido à necessidade de honrar tais avais e fianças, foi provisionado o

Senhores Acionistas, Atendendo disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., os balanços patrimoniais em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, relativas aos exercícios findos nessas datas. Caxias do Sul, 13 de Fevereiro de 2017. **A Administração.**

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016 (Em mil. de R\$)	2º Semestre de 2016			2016			2015		
	2016	2016	2015	2016	2016	2015	2016	2016	2015
Rec. da intermediação financeira	47.273	93.979	86.410	45.257	90.401	82.632			
Operações de crédito	-	-	-	-	-	-			
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	2.016	3.578	3.778	-	-	-			
Despesas da intermed. financeira	(38.777)	(72.236)	(49.341)	(36.777)	(68.614)	(5.205)			
Oper. de empréstimos e repasses	(6.322)	(6.614)	(5.205)	(6.373)	(31.301)	(21.343)			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 5.f)	(18.782)	(34.321)	(22.793)	-	-	-			
Result. bruto da intermed. financ.	8.496	21.743	37.069	(20.428)	(30.488)	(26.450)			
Outros rec. (desp.) operacionais	(20.428)	(30.488)	(26.450)						
Rendas de tarifas bancárias	745	1.463	1.396	-	-	-			
Despesas de pessoal	(4.631)	(11.055)	(11.055)	-	-	-			
Outros desp. administr. (Nota 17)	(3.073)	(5.952)	(4.387)	-	-	-			
Despesas tributárias (Nota 18)	(1.574)	(2.972)	(3.067)	-	-	-			
Outros rec. (desp.) operac. líqu. (Nota 19)	(11.895)	(13.182)	(9.339)	-	-	-			
Resultado operacional	(11.932)	(8.745)	(9.399)						
Result. não operacional (Nota 20)	274	(2.995)	(844)						
Result. antes da tribut. s/ o lucro	(11.658)	(11.740)	9.775						
IR e contribuição social	4.492	4.449	(1.360)						

	2016	2015
Provisões para pagamentos a efetuar (a)	3.293	4.431
Provisão Marcoprev (nota 22.a)	-	138
Provisões para contingências (nota 12)	2.880	1.161
Provisões para avais e fianças de liquid. duvid. (nota 5.d)	139	171
Operações de crédito a liberar (b)	-	21
Recebimentos antecipados de operações de crédito	-	164
Outras	402	53
	6.714	6.139
Circulante	6.642	6.057
Exigível a longo prazo	72	82

(a) Provisões para pagamentos a efetuar referem-se substancialmente a honorários de diretoria e ordenados de funcionários a pagar, no montante de R\$ 2.848 (R\$ 4.113 em 2015). (b) As operações de crédito a liberar correspondem a financiamentos contratados pendentes de pagamento a clientes, no prazo médio de três dias. 12. **Passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais:** Em 31 de dezembro de 2016 o Banco possuía processos contingentes classificados como de perda provável registrado em "Outras obrigações". O Banco é parte em processos judiciais classificados como de perda provável, conforme abaixo detalhados:

	2016	2015
Passivos contingentes - processos cíveis	127	132
Passivos contingentes - processos trabalhistas	2.753	1.029
	2.880	1.161

a. Processos cíveis - São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais, bem como quando houver expectativa de desembolso futuro de caixa. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro do Banco. O valor das contingências possíveis não provisionadas totalizam o montante de R\$ 1.100 (R\$ 984 em 31 de dezembro de 2015) referente a processos cíveis relativos a revisionais de contrato, indenizações, entre outros, composto por um total de 17 ações em 2016 e 17 ações em 2015. **b. Processos trabalhistas** - tratam-se de processos impetrados por ex-funcionários do Banco. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos do Grupo Marcopolo, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais, bem como quando houver expectativa de desembolso futuro de caixa. **c. Outros processos** - O Banco possui ação de revisão da base de cálculo do PIS e da COFINS, cuja possibilidade de perda é provável. O Banco realizou o recolhimento de tais valores na forma de depósitos judiciais até julho de 2011, cujos valores estão contabilizados na conta "Outros créditos - diversos" totalizando o montante de R\$ 6.225 na rubrica de Recursos fiscais, o qual está integralmente provisionado e apresentado pelo líquido. Sobre tais valores é constituída provisão mensal conforme atualização monetária. A partir de agosto de 2011, considerando a classificação de perda provável, o Banco deixou de recolher os mesmos na forma de depósito judicial, e passou a recolhê-los mensalmente de forma integral. **13 Resultados de exercícios futuros:** Constituídos por receitas com intervenção, e com avais e fianças concedidos em operações de arrendamento mercantil "Leasing" e "Finame Leasing" em que o Banco figura como avalista, a serem apropriados em resultados futuros conforme abaixo:

	2016	2015
2016	-	98
2017	113	-
2018	16	-
2019	7	-
2020	2	-
	138	98

14. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social da Instituição pertence inteiramente a acionistas domiciliados no país e é composto de 150.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal no montante de R\$ 150.000. **b. Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A reserva estatutária em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$ 22.092 corresponde aos saldos remanescentes dos lucros acumulados à disposição da Assembleia Geral Ordinária conforme prevista no Art. 27.c do Estatuto Social. A referida reserva visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado. **c. Dividendos:** Conforme Art. 27 do estatuto é assegurada a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos propostos no período, em consonância com a legislação societária e o estatuto social, foram calculados conforme abaixo, e foram calculados com base no lucro líquido apurado para fins societários:

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	(7.291)	8.415
(-) Constituição de reserva legal (5%)	-	(421)
Ajustes de práticas contábeis (a)	14.247	9.896
Base de cálculo dos dividendos mínimos	6.956	17.890
Dividendos propostos	1.739	4.472

Os dividendos propostos foram aprovados pelo único acionista (controlador) em 24/01/2017. Os resultados do exercício 2016 foram destinados a constituição de Reserva Legal e Reserva Estatutária, conforme previsto no estatuto. (a) As demonstrações financeiras preparadas para fins societários alinhadas às práticas contábeis do Grupo Marcopolo, contém diferenças em relação às demonstrações financeiras para apresentação ao Bacen, substancialmente em razão da aplicação da Resolução nº 2.682/99 do CMN para fins de provisionamento de créditos de liquidação duvidosa. **15 Imposto de renda e contribuição social: a. Imposto de renda e contribuição social correntes:** Conciliação do resultado de imposto de renda pessoa

Conselho de Administração		
Mauro Gilberto Bellini	- Presidente do conselho	
Carlos Zignani	- Conselheiro	
José Antonio Valiati	- Conselheiro	

	2º Semestre de 2016	Exercício de 2016	Exercício de 2015
Lucro antes da tribut. s/ o lucro IR e contribuição social	(11.659)	(11.741)	9.775
as alíquotas nominais de 40% e 45% (nota 3.g) (a)	5.246	5.283	(4.189)
Adic. perman. no imp. corrente	(13)	(435)	(288)
Benf. fiscais Vale cultura e PAT	49	88	69
5% s/ Saldo Crédito Tribut. 2019 (ref. aliq. CS de 20% voltar p/ 15%) (a)	(802)	(881)	3.024
Vlr ref. recálculo CSLL cfe. IN 1.591 de 05/11/15	-	370	-
Outras adições, líquidas	12	24	24
IR e CS no resultado	4.492	4.449	(1.360)
IRPJ corrente	(3.948)	(7.115)	(7.646)
CSLL corrente	(3.086)	(5.291)	(5.379)
IRPJ diferido	6.912	9.853	5.010
CSLL diferido	4.614	7.002	6.655
	4.492	4.449	(1.360)

(a) Foi excluído, no exercício de 2016, o montante de R\$ 881 relativo à desativação de créditos tributários decorrentes da volta da alíquota da CSLL de 20% para 15% referente ao período a partir de 2019 (Lei nº 13.169/2015). **b. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Em 31 de dezembro, o ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias está registrado no grupo "Outros Créditos" e é assim representado:

	2016	2015
Diferenças temporárias	62.146	54.661
Provisão para créditos de liquid. duvidosa (nota 5.e)	29.013	5.666
Provisão para contingências	8.876	6.618
Provisão para perdas em bens não de uso (nota 7)	12.368	3.936
Perdas em bens não de uso baixados para prejuízo	-	2.108
Provisão Marcoprev	-	138
Base de cálculo para IR e CS	112.403	73.127
Impostos diferidos - Imposto de renda 25%	28.101	18.282
Impostos diferidos - CS 15% e 20% (nota 3.g)	21.599	14.625
Ativo fiscal diferido	49.700	32.907
Ativo circulante (classificado em "Outros créditos")	19.655	5.679
Realiz. a longo prazo (class. em "Outros créditos")	30.045	27.228

c. Movimentação

	2016	2015
Saldo anterior, em 31 de dezembro	32.907	21.179
Crédito tributário líquido constituído/(revertido)	16.973	11.728
Saldo atual, em 31 de dezembro	49.700	32.907

d. Expectativa de realização dos créditos tributários: Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados, cuja expectativa é conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
2016	-	5.679
2017	19.655	12.987
2018	22.996	13.772
2019	7.001	469
2020	12	-
2021	36	-
	49.700	32.907

O valor presente do crédito tributário, em 31 de dezembro de 2016, calculado com base na taxa média de captação de 13,65% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$ 42.899 (R\$ 25.899 em 31 de dezembro de 2015 à taxa de 14,14% a.a.). **16. Limite operacional (Acordo da Basileia):** As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, conforme Resolução nº 2.099/94, do Conselho Monetário Nacional e legislação complementar. Em 31 de dezembro de 2016, o índice do Patrimônio de Referência em relação aos ativos ponderados do Banco era de 19,68%, superior ao índice mínimo exigido pelos normativos, que é de 10,50%.

	2º Semestre de 2016	Exercício de 2016	Exercício de 2015
Desp. de processamento de dados	422	837	770
Desp. com localiz. e func.	311	585	730
Desp. de propag. e publicidade	187	300	245
Desp. de serv. do sistema financ.	335	644	593
Desp. de serv. técn. especializ.	692	1.208	841
Despesas de viagem no país	434	761	481
Depreciações e amortizações	129	260	289
Custas judiciais e cartorárias de bens retomadas	419	1.101	288
Outras	144	256	150
Total	3.073	5.952	4.387

	Alíquota	2º Semestre de 2016	Exercício de 2016	Exercício de 2015
Programa de integr. social (PIS)	0,65%	174	349	395
Contribuição p/ o financ. da seguridade social (COFINS)	4,00%	1.071	2.150	2.435
Imposto s/ serv. (ISS)	5,00%	37	73	70
Outras desp. tribut.	-	292	400	167
Total	-	1.574	2.972	3.067

	2º Semestre de 2016	Exercício de 2016	Exercício de 2015
Rendas de garantias prestadas	-	3	232
Reversão prov. operacionais com veículos apreendidos	568	3.902	3.109
Reversão prov. p/ contingências fiscais e trabalhistas	15	35	120
Despesas com veículos apreendidos (bens não de uso)	(866)	(1.295)	(807)
Desp. c/ perdas ações judiciais	-	(603)	(58)

19. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	2º Semestre de 2016	Exercício de 2016	Exercício de 2015
Despesas de garantias prestadas	-	3	232
Reversão prov. operacionais com veículos apreendidos	568	3.902	3.109
Reversão prov. p/ contingências fiscais e trabalhistas	15	35	120
Despesas com veículos apreendidos (bens não de uso)	(866)	(1.295)	(807)
Desp. c/ perdas ações judiciais	-	(603)	(58)

informação suplementar pelas IFRS, que não requer a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração do Banco Moneo é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco Moneo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas

	2º Semestre de 2016	Exercício de 2016	Exercício de 2015
Descontos concedidos (a)	(1.365)	(1.365)	(3.636)
Provisão atualização ação PIS/COFINS (nota 12.c)	(401)	(768)	(1.974)
Provisão de bens apreendidos (bens não de uso)	(8.641)	(11.566)	(5.372)
Provisão para contingências fiscais e trabalhistas	(1.205)	(1.525)	(951)
Total	(11.895)	(13.182)	(9.339)

(a) Valor relativo a descontos concedidos em negociação de encerramento das operações com o cliente inadimplente. **20 Resultado não operacional**

	2º Semestre de 2016	Exercício de 2016	Exercício de 2015
Despesas não operacionais	(161)	(3.437)	(1.585)
Receitas não operacionais	435	442	741
	274	(2.995)	(844)

Valores referem-se principalmente a resultado na alienação e baixas de bens não de uso (bens retomados ou recebidos em dação de pagamento). **21. Partes relacionadas: a. Transações e saldos:** O Banco não possui saldos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2016 e 2015. Foram pagos a título de ressarcimento de despesas administrativas o valor de R\$ 47 (R\$ 87 em 31 de dezembro de 2015) no exercício para a Marcopolo S.A. Dividendos pagos a Controladora no montante de R\$ 4.472 (R\$ 4.707 em 2015). **b. Remuneração do pessoal-chave da administração:** Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global a ser pago no exercício a título de remuneração dos Administradores. Na Assembleia Geral Ordinária de 31 de março de 2016 foi aprovada a remuneração global anual da administração no valor de até R\$ 1.800. Durante o exercício final em 31 de dezembro de 2016 ocorreram despesas no valor de R\$ 1.569 (R\$ 2.023 em 31 de dezembro de 2015), conforme segue:

	2016	2015
Remuneração - pró-labore	913	786
Encargos sociais	205	177
Benefícios agregados	451	1.060
	1.569	2.023

A reunião do Conselho de Administração de 07 de junho de 2016 tratou a Política de Remuneração dos Administradores alinhando com as determinações da Resolução nº 3921/10 do BACEN. **c. Outras informações:** O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. Conforme legislação em vigor não foram concedidos financiamentos, empréstimos ou adiantamentos para Diretores e membros do conselho, e respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau. **22. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários:** O Banco é patrocinador da Marcoprev - Sociedade de Previdência Privada, sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 1995, cujo principal objetivo é conceder benefícios complementares aos da Previdência Social aos empregados do Banco. No ano de 2016 foi despendido em contribuições o montante de R\$ 171 (R\$ 183 em 2015). O regime atuarial de determinação do custo e contribuições do plano é pelo método de capitalização. É um plano misto, de "benefícios definidos" onde as contribuições são de responsabilidade exclusiva do patrocinador, e de "contribuição definida" onde as contribuições são do patrocinador e do participante, de forma opcional. O Banco Moneo apresentou ajuste a valor presente das obrigações atuariais na data-base 31 de dezembro de 2012 e desde então adotou, em conjunto com a Marcopolo, o procedimento de revisão de avaliação atuarial do Plano de Pensão e benefício pós-emprego trimestral, sendo que os seus efeitos registrados e apresentados no período a ser divulgado. Não há existência de efeitos da adoção do CPC 33 (R1). Os valores relacionados aos benefícios pós-emprego foram apurados em avaliação atuarial do exercício, conduzida pelos atuários independentes Towers Perrin Foster & Crosby Ltda., e estão demonstrados conforme abaixo apresentado:

	2016	2015
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(2.699)	(2.088)
Valor justo dos ativos do plano	2.855	2.331
Restrição de limite de ativo de benefício definido	(156)	(243)
Ativo (Passivo) líquido calculado	-	-

a. A movimentação do passivo líquido atuarial é como segue

	2016	2015
Passivo líquido no início do exercício	(138)	-
Ganho (perda) reconhecida	(30)	(12)
Despesas no ano	(82)	(121)
Contribuições reais da empresa no ano	112	133
Passivo líquido provisionado não revertido no período	138	(138)
Passivo líquido no final do exercício	-	(138)

Despesa líquida com o plano de pensão e de benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a funcionários:

	2016	2015
Custo de serviço corrente	88	138
Juros sobre a obrigação atuarial	260	242
Remuneração dos efeitos reconhecidos em ORA	(265)	(251)
Contribuições de funcionários	(1)	(8)
	82	121

As principais premissas atuariais na data do balanço são: **b. Hipóteses econômicas**

	2016	2015
Taxa de desconto	10,86	11,75
Taxa de crescimento salarial	7,37	8,36
Inflação	4,85	5,20

	2016 e 2015
Tábua de mortalidade	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB 1983
Tábua de entrada em invalidez	RRB 1944

O Plano de Pensão Marcoprev é avaliado anualmente e atualizado com base nos indicadores do ano anterior. A última Avaliação atuarial segundo as regras do IFRS (International Financial Reporting Standards) foi concluída em janeiro de 2017 e realizada pelos atuários independentes Willis Tower Watson. **23. Estruturas de gerenciamento de risco a. Risco operacional:** O Banco Moneo atendendo

Diretoria	
Oliver Markus D'Haese	- Diretor de Negócio
José Antonio Valiati	- Diretor administrativo e financeiro
José Fernando Bettoni	- Diretor de crédito e cobrança

Contador	
Cleber Alexandre Bernart	- CRC/RS 81.323/O-4

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Adminstradores e aos Acionistas do Banco Moneo S.A. Cuias do Sul - RS

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Moneo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Moneo em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, para o semestre findo em 31 de dezembro de 2016, cuja apresentação está sendo efetuada de forma espontânea pelo Banco e como

às determinações dos órgãos reguladores, bem como visando aprimorar seus controles internos, desenvolveu uma estrutura para gerenciar o risco operacional ao qual o Banco está exposto. Essa estrutura tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais inerentes aos produtos, processos, serviços, atividades e sistemas do Banco. O Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, composto pelos diretores e membros do Conselho de Administração do Banco, revisa e aprova anualmente a Política de Gerenciamento do Risco Operacional, a qual visa garantir o cumprimento do modelo de gestão de risco utilizado pelo Banco. A estrutura deste gerenciamento é suportada por: Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Controles Internos e Riscos, Diretor Responsável pelo Gerenciamento do Risco Operacional, Agentes de Compliance, Área de Compliance e Auditoria Interna, conforme dispõe a Resolução CMN nº 3.380/06. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br. **b. Risco de mercado:** De acordo com a Resolução CMN nº 3.464/2007, o risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma Instituição Financeira. Dentre as várias posições que podem sofrer flutuação nos valores de mercado, o Banco Moneo somente possui os riscos de operações sujeitas à variação das taxas de juros. A gestão de riscos de mercado consiste no processo de identificação e avaliação dos riscos existentes ou potenciais, e no seu efetivo monitoramento e controle, conduzidos através da adoção de limites consistentes com as estratégias de negócios, de políticas e processos de gestão e de metodologias voltadas a sua administração e à alocação de capital econômico compatível com os riscos incorridos. O Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, composto pelos diretores e membros do Conselho de Administração do Banco, revisa e aprova anualmente a Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, visando garantir o cumprimento do modelo de gestão de risco utilizado pelo Banco. A estrutura de gerenciamento do Risco de Mercado é composta por: Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Tesouraria e Operacional, Comitê de Controles Internos e Riscos e Diretor de Crédito e Cobrança. Também fazem parte desta estrutura: Área de Compliance, Gerência Administrativa e Financeira e Auditoria Interna/Externa. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br. **c. Risco de crédito:** A estrutura de gerenciamento de Risco de Crédito do Banco, visa garantir a aderência às leis, regulamentos e normas vigentes e adotar as melhores práticas de Gerenciamento do Risco de Crédito, em consonância com as recomendações da Resolução CMN no 3.721/2009. A estrutura contempla o gerenciamento contínuo e integrado do risco de crédito ao qual o Banco está exposto, buscando a identificação, mensuração, controle e mitigação do risco de crédito. O Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, composto pelos diretores e membros do Conselho de Administração do Banco, revisa e aprova anualmente a Política de Gerenciamento do Risco de Crédito, visando garantir o cumprimento do modelo de gestão de risco utilizado pelo Banco. A estrutura desta área é composta por: Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Crédito, Comitê de Cobrança e Recuperação de Créditos, Comitê de Controles Internos e Riscos e Diretoria Administrativa e Financeira e Área de Compliance. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento do Risco de Crédito do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br